

POSICIONAMENTO SOBRE MERCADO DE CARBONO



QUÍMICA: PROMOVEDO AVANÇOS E PROTEGENDO VIDAS



Atuação Responsável[®]
Compromisso com a sustentabilidade



Posicionamento sobre Mercado de Carbono

A Associação Brasileira da Indústria Química - Abiquim - afirma o seu compromisso na promoção do desenvolvimento sustentável da 6ª maior indústria química do mundo, representando mais de 150 empresas associadas, responsáveis por 11% do PIB industrial e sendo o terceiro maior setor industrial do PIB brasileiro.

Presente nas cadeias de inúmeros setores, a indústria química tem ciência de seu efeito propulsor na economia e de seu papel de liderança nas agendas de desenvolvimento sustentável e de mudanças climáticas.

A indústria química atua como provedora de produtos e soluções para inúmeros setores, como saneamento, agricultura, saúde humana e animal, automotivo, construção civil, óleo e gás, cosméticos, eletroeletrônico, dentre outros. A química provê produtos para a manutenção da saúde, para a geração de energia solar e eólica, contribui com materiais para embalagens e carros mais leves, eletrodomésticos mais eficientes, construções e edifícios mais sustentáveis e otimiza a produtividade agrícola por meio de sementes mais resistentes e de alto rendimento, entre infinitas soluções e inovações para o bem estar da vida humana.

A indústria química constantemente inova e desenvolve processos e produtos cada vez mais sustentáveis e com diferenciais competitivos para uma economia de baixo carbono, por meio da iniciativa voluntária do programa global Responsible Care® - Atuação Responsável®, destacando-se, especialmente, por ser provedora de soluções para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A realidade de uma economia de baixo carbono já começou. Sistemas de precificação de emissões estão sendo implementados há anos em diferentes regiões do mundo, e a Abiquim entende que o Brasil deve assumir uma posição de destaque neste processo global, de forma a considerar e fazer prevalecer seus conhecidos e comparativos diferenciais competitivos, como sua matriz energética, a produtividade das cadeias da biomassa e sua vasta biodiversidade.

A implementação de um sistema de precificação de emissões via mercado pode representar muitas oportunidades para a indústria brasileira. Sistemas de comércio de emissões possuem vantagens efetivas na comparação com sistemas baseados em taxaço ou imposto de carbono, pois privilegiam e estimulam o ambiente de negócios através de investimentos produtivos baseados em inovação, abrem oportunidades para produtos mais eficientes e eficazes para a descarbonização, destravam investimentos, protegem a competitividade dos agentes regulados e não aumentam a carga tributária sobre as empresas em um já complexo e escorçante sistema tributário. Além disso, sistemas de comércio de emissões contam com o inequívoco benefício de um processo de implementação gradual, e do estímulo à adoção de tecnologias cada vez mais eficientes, com menores emissões ou que capturem carbono.

É importante observar que estudos apontam para o fato de que, se implantados, mecanismos de taxaço de carbono no Brasil podem provocar o aumento de mais de 20% no preço de insumos básicos à indústria até 2030, além de provocar variação negativa de 1 a 3% nos níveis de atividades de diversos setores, inclusive o químico¹, e variação negativa no PIB de até 6% até 2050².

A Abiquim está comprometida com as discussões nacionais e internacionais sobre o tema, a exemplo de sua participação no Energy and Climate Change Leadership Group do Internacional Council of Chemical Association - ICCA, e no Comitê Consultivo do Projeto PMR Brasil, iniciativa do Banco Mundial em parceria com o Ministério da Economia, que estuda a viabilidade da implementação de instrumentos econômicos para precificação de carbono no Brasil, avaliando diferentes modalidades e estimando os impactos macroeconômicos e sociais para a economia brasileira.

Diante do exposto, a Abiquim defende que as políticas públicas sobre precificação de carbono no Brasil considerem as seguintes recomendações:

- **Garantia de um alto nível de governança por parte do governo, prevendo como a estrutura desta liderança será conduzida;**
- **Sejam precedidas de Estudo de Impacto Regulatório abrangente, que leve em conta o desenvolvimento estratégico das cadeias produtivas do presente e do futuro do país;**
- **Estruturação de uma estratégia e um cronograma para implementação gradual da precificação de carbono no Brasil;**
- **Reconhecimento de ações e esforços históricos;**
- **Adoção de um sistema de precificação de carbono via mercado adequado à realidade e jurisdição da economia brasileira, que inclua todos os setores e que seja um instrumento eficiente e efetivo para o alcance das metas de mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) e promoção do desenvolvimento econômico;**
- **Incentivo a investimentos em produtos e processos de baixo carbono. Alocação de recursos para o desenvolvimento e implementação de tecnologias para mitigação e adaptação à mudança do clima;**
- **Harmonização entre as políticas climáticas e políticas energéticas brasileiras, a fim de assegurar o acesso da indústria à energia limpa e competitiva;**
- **Insumos fósseis usados como matéria-prima em processos industriais, que são transformados em outros materiais, devem ser completamente isentos de qualquer mecanismo de precificação ou taxaço de carbono;**
- **Reciclagem das receitas advindas do sistema de precificação de carbono: qualquer receita para governo oriunda de mecanismos de precificação de carbono deve ser dedicada ao desenvolvimento de novas tecnologias de baixo carbono;**
- **Adoção de mecanismos de ajuste de carbono na fronteira, com a aplicação de imposto ou exigência de compra equivalente de licenças de emissão de carbono em operações de importação;**
- **A integração das políticas brasileiras às de outros países e regiões com mecanismos de precificação de carbono em vigor, a fim de harmonizar regras e parâmetros, além de divulgar internacionalmente as iniciativas brasileiras e promover a adoção de um mecanismo global de precificação de carbono.**

A indústria química é parceira do Brasil no cumprimento das metas brasileiras no Acordo de Paris e na transição para uma economia de baixo carbono e reitera sua disposição em contribuir para o debate sobre uma economia de baixo carbono e sobre a viabilidade da implementação de instrumentos econômicos para precificação de carbono no Brasil, que aproveitem as vantagens competitivas nacionais.

¹CNI, 2020. A precificação de carbono e os impactos na competitividade da cadeia de valor da indústria.

²FIESP, 2017. Mudança do Clima: Avaliação dos reflexos das metas de redução de emissões sobre a economia e a indústria brasileira.



abiquim.org.br
Av. Chedid Jafet, 222 - Vila Olímpia
São Paulo - SP, 04551-065